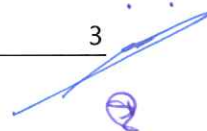




ABRIGO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017





Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO ANO DE 2017	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. CONTAS ANUAIS	10
2.1 - Balanço	10
2.2 – Demonstração de Resultados e <i>Cash Flow</i>	10
2.2.1 – Quadro de Gastos de Exploração	11
2.2.2 – Quadro de Rendimentos de Exploração	11
2.2.3 – Quadro Comparativo dos Valores do Exercício de 2017 com o Respetivo Orçamento Aprovado.....	12
2.3 – Fundo de Maneio	12
3. PESSOAL (COLABORADORES) E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DO PORTO E MAIA	13
4. UTENTES INSTALADOS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E MENSALIDADES COBRADAS	14
5. FATOS RELAVANTES NO ANO DE 2017	15
5.1 – Manutenção e Aquisição de Equipamentos	15
5.2 – Quadro de Pessoal	15
5.3 – Utentes e Serviços Prestados.....	15
5.4 – Qualidade na Gestão.....	15
CONTAS DE 2017	17
A. BALANÇO	19
B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	20
C. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	21
D. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS	22
E. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR FUNÇÕES.....	24
F. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	25
1. Identificação da Entidade	25
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	25
3. Principais Políticas Contabilísticas	25
3.1 – Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras	25

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

3.2 – Outras Políticas Contabilísticas	27
3.2.1 – Ativos Fixos Tangíveis.....	27
3.2.2 – Propriedades de Investimento.....	28
3.2.3 – Ativos Intangíveis	28
3.2.4 – Inventários	29
3.2.5 – Instrumentos Financeiros.....	29
3.2.6 – Fundos Patrimoniais.....	30
3.2.7 – Provisões	30
3.2.8 – Financiamentos Obtidos	31
3.2.9 – Estado e Outros Entes Públicos.....	31
3.3 – Principais Pressupostos Relativos ao Futuro	32
3.4 – Principais Fontes de Incerteza das Estimativas	32
4. Ativos Tangíveis.....	33
5. Ativos Intangíveis	34
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	34
7. Inventários	35
8. Rendimentos e Gastos	35
9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	35
10. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	36
11. Instrumentos Financeiros	36
12. Benefícios dos Empregados	36
13. Acontecimentos Após Data de Balanço	36
14. Agricultura	37
15. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais.....	37
16. Outras Divulgações	37
16.1 – Investimentos Financeiros	37
16.2 – Clientes e Utentes	37
16.3 – Outras Contas a Receber.....	38
16.4 – Diferimentos	38
16.5 – Caixa e Depósitos Bancários	38
16.6 – Fundos Patrimoniais.....	39
16.7 – Fornecedores	39
16.8 – Estado e Outros Entes Públicos	39
16.9 – Outras Contas a Pagar.....	40
16.10 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração	40

16.11 – Fornecimentos e Serviços Externos	40
16.12 – Outros Rendimentos e Ganhos.....	41
16.13 – Outros Gastos e Perdas	41
16.14 – Resultados Financeiros	41

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO ANO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto
NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
modelo ADM-003

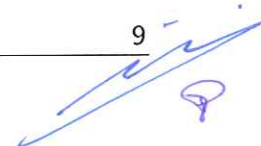
RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003



1. INTRODUÇÃO

Como habitualmente, a Direção da ANSE apresenta e justifica a sua atividade exercida ao longo do ano de 2017.

Naturalmente que o faz, mostrando quadros demonstrativos, fáceis de entender e comparando-os com o Orçamento de 2017, aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de novembro de 2016. Este é o documento orientador de uma atividade exercida e controlada.

Este relatório, para além dos valores financeiros, mostra a evolução dos mesmos nos últimos três anos.

Completa-se a informação com vários valores estatísticos que auxiliarão quem ler o documento.

Finalmente, abordam-se alguns factos significativos, ocorridos em 2017 e dignos de referência.

2. CONTAS ANUAIS

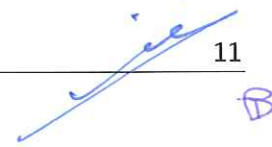
2.1 – Balanço

- No Exercício de 2017, os valores que se referem ao total do Ativo Líquido (EUR 3.301.324,65) alteraram-se para mais 3%, em relação a 2016 (EUR 3.198.093,93). O Ativo não Corrente, que regista especialmente o Imobilizado, tem uma variação positiva, influenciada pelas Amortizações.
 - O Passivo não Corrente, totalizando EUR 404.179,19, regista um decréscimo de 15% em relação ao Exercício de 2016. Aquele valor é resultante, essencialmente, da utilização das Provisões. Igualmente a rubrica de financiamentos obtidos mostra um decréscimo de EUR 56.570, o que é de salutar.
 - Os Resultados Líquidos de EUR 44.241 são devidos ao total dos Custos (EUR 1.629.376), acompanhado de um aumento dos Proveitos, fixados em EUR 1.673.617.
- As variações percentuais foram de mais 19,6% nos Custos e de mais 16,4% nos Proveitos, pelo que, relativamente a 2016, os resultados passaram de EUR 75.769 para EUR 44.241.

2.2 – Demonstração de Resultados e *Cash Flow*

- A verba registada em Vendas e Serviços Prestados inclui o valor correspondente ao estabelecimento da Maia, ao nível aproximado de 96% da sua lotação.
- Os Custos com Pessoal acompanham naturalmente a admissão de Utentes na Maia.
- Apesar de tudo, os Resultados antes das Depreciações são positivos (EUR 154.534,56).
- O *Cash Flow* apresenta-se do seguinte modo:

✓ Resultados líquidos	44.241,43€
✓ Depreciações/Amortizações	110.293,13€
✓ Variação das Provisões	<u>-12.300,00€</u>
(1)	142.234,56€
✓ Juros e Gastos Similares (2)	11.702,82€
(1) + (2)	= EUR 153.937,38



2.2.1 – Quadro de Gastos de Exploração

As variações mais evidentes, quando comparamos com o ano de 2016, são os Custos com Pessoal e FSE, que acompanharam as sucessivas admissões de Utentes na ANSE Maia, conduzindo nos últimos meses de 2017 a taxas de ocupação muito próximas da lotação máxima (taxa de ocupação de 96%, a 31 de dezembro de 2017). Prevê-se a lotação máxima da ANSE Maia no início de 2018.

Designação	Valores (EUR)			%		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Fornec. Serv. Externos (FSE)	524.447€	519.029€	379.157 €	32,2	38,1	36,6
Custos c/ Pessoal	940.918€	700.813 €	518.664 €	57,7	51,5	50,1
Provisões / Amortizações	151.243€ (a)	111.100 €	103.091€	9,3	8,2	10,0
Outros Custos	12.768€ (b)	31.272 €	33.865 €	0,8	2,2	3,3
Totais	1.629.376€	1.362.214 €	1.034.777€	100	100	100

Notas:

(a) 64 – Gastos Depreciação: 110.293,13 €

67 – Provisões: 40.950 €

(b) 68 – Outros: 1.065 €

69 – Gastos e Perdas Financeiras: 11.703 €

2.2.2 – Quadro de Rendimentos de Exploração

Designação	Valores			%		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Conta das Famílias	1.226.755 €	971.993 €	535.683 €	73,3	68,1	50,6
Subsídios Estado	291.821 €	283.433 €	441.141 €	17,5	19,8	41,7
Rend. Financeiros	0 €	0 €	0€		0	0
Outros Rendimentos	153.813 €	172.556 €	81.265 €	9,2	12,1	7,7
Reversões	1.228 €	10.000€	0 €	0	0	0
Totais	1.673.617€	1.437.982 €	1.058.089 €	100	100	100

Resultado Líquido: 44.241,43 €

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

2.2.3 – Quadro Comparativo dos valores do Exercício de 2017 com o respetivo Orçamento Aprovado

Custos	Exercício 2017	Orçamento 2017	Diferença
62 – Fornec. Serviços Externos	524.447	548.988	(24.541)
63 – Custos c/ Pessoal	940.918	985.380	(44.462)
64 – Gastos de Depreciação	110.293	99.312	10.981
65 – Perdas por Imparidade			
66 - -----			
67 – Provisões do Exercício	40.950	4.008	36.942
68 – Outros Gastos e Perdas	1.065	8.376	(7.311)
69 – Gastos e Perdas de Financ.	11.703	17.400	(5.697)
Totais	1.629.376	1.663.464	(34.088)
Proveitos	Exercício 2017	Orçamento 2017	Diferença
72 – Prestações Serviços (Familiars)	1.226.755	1.151.352	75.403
75 – Subsídios e Doações	291.821	287.484	4.337
76 - Reversões	1.228	2.016	(788)
78 – Outros Rendimentos	151.530	143.568	7.962
79 – Juros de Dívidas	2.283	2.316	(33)
Totais	1.673.617	1.298.388	86.881

Verifica-se que o total dos Custos ficou abaixo do Orçamento e os Proveitos acima do previsto.

2.3 – Fundo de Maneio

O valor do Fundo de Maneio agora calculado é de EUR (331.039,00), negativo, o que não surpreende, dada a juventude da estrutura da Maia.

3. PESSOAL (COLABORADORES) E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DO PORTO E MAIA

O quadro abaixo ilustra o crescimento do número de funcionários e os seus efetivos à data de 31 de dezembro de 2017. A variação entre 2016 e 2017 (8 funcionários) mostra essencialmente o aumento da resposta social proporcionada pelo estabelecimento da Maia. Naturalmente, alguns profissionais da área administrativa/gestão mantêm-se afetos, em termos de custo aos dois estabelecimentos (Porto e Maia).

COLABORADORES						
CATEGORIAS	PORTO		MAIA		TOTAL	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
<i>Ajudante de Ação Direta 1ª</i>	4	3	1	2	5	5
<i>Ajudante de Ação Direta 2ª</i>	4	4	2	1	6	5
<i>Ajudante de Ação Direta 3ª</i>	0	1	3	8	3	9
<i>Animadora Cultural</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Assistente Social de 1ª</i>	1	1	2	1	3	2
<i>Assistente Social de 3ª</i>	0	0	0	1	0	1
<i>Assistente Administrativo</i>	0	0	0	1	0	1
<i>Diretor Geral</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Chefe de Serv. Administ.</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Encarregada Serviços Gerais</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Porteiro 2ª</i>	0	0	0	2	0	2
<i>Escrituraria Principal</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Gestor de Marketing</i>	0	0	1	0	1	0
<i>Lavadeira</i>	1	1	1	1	2	2
<i>Trabalhador Auxiliar</i>	13	13	24	24	37	37
<i>Trabalhadora Limpeza</i>	0	1	2	2	3	3
TOTAL					64	72

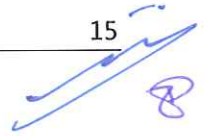
4. UTENTES INSTALADOS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E MENSALIDADES COBRADAS

UTENTES						
Tipo	PORTO		MAIA		TOTAL	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
<i>Permanentes</i>	33	35	41	53	74	88
<i>Temporários</i>	0	0	2	1	2	1
TOTAL					76	89

Por razões evidentes, nomeadamente a existência de Acordo de Cooperação com a Segurança Social para o estabelecimento do Porto, são diferentes as mensalidades cobradas na ANSE Porto e na ANSE Maia. Na ANSE Porto, em 2017, a média cobrada foi de EUR 765,11€, enquanto na ANSE Maia a média atingiu os EUR 1.467,75€.

MENSALIDADES *							
Escalaço	Média (EUR)	PORTO		MAIA		TOTAL	
		2016	2017	2016	2017	2016	2017
<i>De 0€ a 250€</i>	250€	0	0	0	0	0	0
<i>De 251€ a 500€</i>	375€	2	2	0	0	2	2
<i>De 501€ a 750€</i>	625€	11	10	0	0	11	10
<i>De 751€ a 1.000€</i>	875€	20	23	0	0	20	23
<i>De 1.001€ a 1.250€</i>	1.125€	0	0	8	2	8	2
<i>De 1.251€ a 1.500€</i>	1.375€	0	0	24	35	24	35
<i>Mais de 1.501€</i>	1.500€	0	0	9	16	9	16
TOTAL						74	88

* Exclui-se os Utentes temporários



5. FACTOS RELEVANTES NO ANO DE 2017

5.1. Manutenção e aquisição de equipamentos

Durante 2017 procedeu-se aos trabalhos de manutenção dos edifícios e equipamentos, necessários para assegurar o normal funcionamento dos dois estabelecimentos. Na ANSE Porto foram reparadas todas as camas, adquiridos novos cadeirões geriátricos e introduzida a monitorização dos Utentes através de uma aplicação informática (à semelhança do que já acontecia no Maia).

Na ANSE Maia, foram adquiridos novos equipamentos, acompanhando a entrada de novos Utentes. Por outro lado, instalou-se um toldo na esplanada, permitindo aos Utentes usufruir do espaço exterior e finalizou-se a Sala Multiusos, com o apoio da Câmara Municipal da Maia.

5.2. Quadro de Pessoal

Conforme se pode observar no Quadro de Pessoal (ponto 3), o número de colaboradores da ANSE aumentou 12,5% durante 2017. Assistiu-se ao reforço da equipa de geriatria da ANSE Maia, acompanhando o aumento do número de Utentes.

5.3. Utentes e Serviços Prestados

A preocupação constante no cumprimento da Missão da ANSE, reflete-se na melhoria contínua dos serviços prestados aos Utentes, adequando-os às suas necessidades. Neste âmbito, foram introduzidos novos serviços – terapia da fala, podologia e medicina dentária.

Em 2017 a ANSE passou a ser uma entidade formadora certificada pela DGERT, promovendo oito ações de formação para os seus colaboradores, num total de 144 horas.

5.4. Qualidade na Gestão

A dinâmica estabelecida pela Direção, quer na gestão dos assuntos correntes da Instituição, quer no planeamento, estão refletidas nos resultados agora apresentados, findo o terceiro ano do seu mandato.

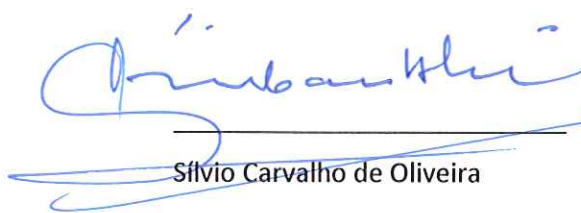
Importa também referir o excelente relacionamento mantido entre a Direção e a Mesa da Assembleia Geral, em especial na pessoa do seu Presidente. A Direção agradece o acompanhamento constante dos assuntos da Instituição, bem como a condução dos trabalhos das Assembleias Gerais que decorreram em 2017.

De igual modo, num agradecimento que já cobre vários anos em mandatos sucessivos, ao Conselho Fiscal e ao seu Presidente em particular, pelo habitual empenho e colaboração com a Direção.

Em geral, ao Quadro de Pessoal e à Equipa Clínica (médicos e enfermeiros), agradecemos o seu contributo para elevação do nível de serviços prestados pela nossa Instituição. Temos muito orgulho nesse trabalho coletivo, que no dia-a-dia proporciona aos nossos Utentes o bem-estar e carinho que merecem.

Maia, 15 de fevereiro de 2018

O Presidente da Direção


Sílvia Carvalho de Oliveira



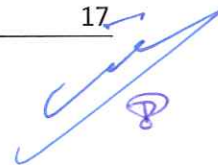
RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvia Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003



CONTAS DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto
NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
modelo ADM-003

A. BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3;4	2.901.363,34	2.842.382,79
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento	3;4	101.577,50	101.577,50
Ativos intangíveis	3;5	2.963,27	4.635,70
Investimentos financeiros	3;16.1	6.264,12	4.595,00
Outros Ativos			
Subtotal		3.012.168,23	2.953.190,99
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes	16.2	2.187,84	1.236,84
Estado e outros Entes Públicos	16.8		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	16.3	495,00	703,49
Diferimentos	16.4	3.989,69	3.922,16
Outros Ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários	16.5	282.483,89	239.040,45
Subtotal		289.156,42	244.902,94
Total do Ativo		3.301.324,65	3.198.093,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16.6	130.456,79	130.456,79
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	16.6	714.871,99	639.103,31
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	16.6	1.387.380,06	1.383.987,95
Resultado Líquido do período		44.241,43	75.768,68
Total do fundo do capital		2.276.950,27	2.229.316,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	78.200,00	90.500,00
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6	325.979,19	382.549,73
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		404.179,19	473.049,73
Passivo corrente			
Fornecedores	16.7	58.301,65	43.581,17
Estado e outros Entes Públicos	16.8	25.172,47	17.973,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	6	60.000,00	
Diferimentos	16.4	220.501,28	228.237,98
Outras contas a pagar	16.9	256.219,79	205.934,94
Outros passivos correntes			
Subtotal		620.195,19	495.727,47
Total do passivo		1.024.374,38	968.777,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.301.324,65	3.198.093,93

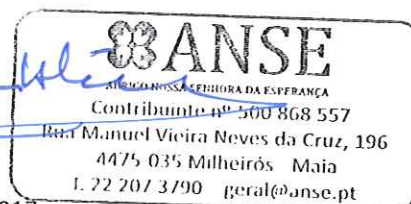
Maia, 15 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado



ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077

A Direção

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	1.226.754,99	971.993,33
Subsídios, doações e legados à exploração	10	291.821,46	283.432,81
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	16.11	(524.447,22)	(519.029,36)
Gastos com o pessoal	12	(940.917,79)	(700.812,53)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16.2	(39.721,75)	(2.834,52)
Provisões (aumentos/reduções)	9		(2.500,00)
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	16.12	151.530,27	172.556,36
Outros gastos e perdas	16.13	(1.065,00)	(11.222,22)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		163.954,96	191.583,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(110.293,13)	(95.765,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		53.661,83	95.818,58
Juros e rendimentos similares obtidos	16.14	2.282,42	0.06
Juros e gastos similares suportados	16.14	(11.702,82)	(20.049,96)
Resultados antes de impostos		44.241,43	75.768,68
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		44.241,43	75.768,68

Maia, 15 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença

ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077

A Direção



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto
NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
modelo ADM-003

C. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.227.033	978.409
Pagamentos de subsídios			
Pagamento a fornecedores		(476.930)	(460.384)
Pagamentos ao pessoal		(923.807)	(663.567)
Caixa gerada pelas operações		(173.704)	(145.542)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		336.373	520.547
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		162.669	375.005
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(166.823)	(47.082)
Ativos intangíveis		(738)	(3.207)
Investimentos financeiros		(1.669)	(2.673)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.255	72.739
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Subsídios ao investimento		54.742	22.728
Juros e rendimentos similares		2.282	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(110.951)	42.505
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		60.000	
Realizações de fundos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(56.571)	(159.950)
Juros e gastos similares		(11.703)	(20.050)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(8.274)	(180.000)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		43.444	237.510
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		239.040	1.530
Caixa e seus equivalentes no fim do período		282.484	239.040

Maia, 15 de Fevereiro de 2018

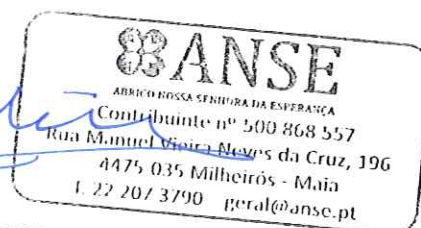
O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença

ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077

A Direção

[Assinatura]



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

D. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

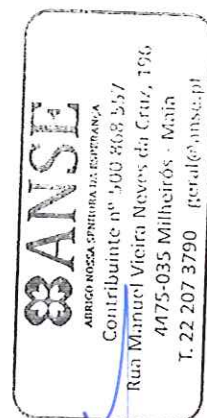
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no Período de 2016

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de reavaliação	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
1	1	130.456,79			615.791,28			1.428.885,82	23.312,03	2.198.445,92	2.198.445,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
- Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
- Alterações de políticas contabilísticas											
- Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
- Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
- Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
- Ajustamentos por impostos diferidos											
- Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
2	2	130.456,79	-	-	639.103,31	-	-	1.383.987,95	(23.312,03)	2.153.548,05	2.153.548,05
3	3										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
4	4										
RESULTADO INTEGRAL											
5	5										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
6	6										
POSICÃO NO FIM DO ANO 2016		130.456,79	-	-	639.103,31	-	-	1.383.987,95	75.768,68	2.229.316,73	2.229.316,73

Maia, 15 de Fevereiro de 2018
O Contabilista Certificado

Isabel Maria Pereira

ISABEL MARIA PEREIRA
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto
NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
modelo ADM-003

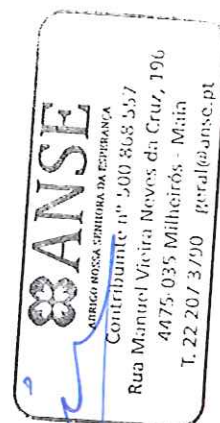
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no Período de 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de reavaliação	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
6	18.8	130.456,79	-	-	639.103,31	-	-	1.383.987,95	75.768,68	2.229.316,73	2.229.316,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
- Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
- Alterações de políticas contabilísticas											
- Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
- Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
- Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
- Ajustamentos por impostos diferidos											
- Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
7		130.456,79	-	-	714.871,99	-	-	1.387.380,06	(75.768,68)	2.232.708,84	2.232.708,84
8											
9=7+8											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
RESULTADO INTEGRAL											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
- Fundos											
- Subsídios, doações e legados											
- Outras operações											
10											
6+7+8+10	18.8	130.456,79	-	-	714.871,99	-	-	1.387.380,06	44.241,43	2.276.950,27	2.276.950,27
POSICÃO NO FIM DO ANO 2017											

Maia, 15 de Fevereiro de 2018
O Contabilista Certificado

Isabel Maria Pires

ISABEL MARIA PIRES
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

E. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR FUNÇÕES

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Lar de 3ª Idade	PERÍODOS	
			2017	2016
Vendas e serviços prestados		1.226.754,99	1.226.754,99	971.993,33
Custo das vendas e dos serviços prestados		1.374.632,27	1.374.632,27	1.175.844,31
Resultado bruto		(147.877,28)	(147.877,28)	(203.850,98)
Outros rendimentos		443.351,73	443.351,73	455.989,17
Gastos de distribuição				
Gastos administrativos		112.910,13	112.910,13	84.097,50
Gastos de investigação e desenvolvimento				
Outros gastos		152.308,13	152.308,13	112.322,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30.256,19	30.256,19	55.718,66
Gastos de financiamento (líquidos)		13.985,24	13.985,24	20.050,02
Resultados antes de impostos		44.241,43	44.241,43	75.768,68
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		44.241,43	44.241,43	75.768,68

Maia, 15 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença

ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC N° 5077

A Direção

[Assinatura]



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017



F. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade

O “*Abrigo de Nossa Senhora da Esperança*” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “*Instituição Particular de Solidariedade Social*”, Pessoa Coletiva nº 500 868 557 e registada pelo averbamento nº4 à inscrição nº 52/87 a fls. 127 verso do Livro nº 3 e fls. 153 do livro nº 14 das Associações de Solidariedade Social, em 17 de julho de 2015, com sede na Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, nº196, 4475-035 Milheirós Maia. Tem como atividade principal o Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- A atividade de assistência à terceira idade;

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade. As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNC-ESNL aprovadas pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

2.2 – Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3. – As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de Dezembro de 2017.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 - Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo de custo e os seguintes pressupostos

- **Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- **Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas subcontas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Nota 16.2.9) e "*Diferimentos*" (Nota 16.2.4)

- **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- **Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

- **Não Compensação**

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

- **Informação Comparável**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao

longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.2 - Outras Políticas Contabilísticas

3.2.1 - Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	2%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento administrativo	16,66%

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 - Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu custo histórico.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Nº de Matriz	Valor	Localização
U02077	82.643,13	Prédio – Rua Falcão nº 458 - Porto / Freguesia Campanhã
U02106	18.934,37	Prédio – Rua Monte Campanhã nº 11 - Porto / Freg. Campanhã

Estes ativos estão contabilizados em "*Propriedades de Investimento*".

3.2.3 - Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. O valor considerado no imobilizado em curso refere-se aos projetos da construção das novas instalações.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil;
- Houver um mercado ativo para este ativo;
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 - Inventários

Não aplicável

3.2.5 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locação, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pelo valor nominal.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor nominal. Os clientes neste caso são os “Utentes”.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado livre e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 - Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 - Provisões

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8 - Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal não incluindo custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”, exceto os relacionados com a construção da nova sede que estão relevados diretamente no imobilizado.

3.2.9 - Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*

- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

A entidade em causa não tem rendimentos definidos no âmbito do nº 3 do artigo 10º.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.3 – Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.4 - Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeira da empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

4. Ativos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Ativos Fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras constr.	2.829.044,16	122.727,82	-	-	-	2.951.771,98
Equipamento básico	341.375,85	44.181,51	-	-	-	385.557,36
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	44.293,82	3.566,20	-	-	-	47.860,02
Outros Ativos fixos tangíveis	1.866,55	794,22	-	-	-	2.660,77
Sub Total	3.216.580,38	171.269,75	-	-	-	3.387.850,13
Investimentos em Curso						
Ativos fixos tangíveis em curso	4.406,50	118.321,32	-	122.727,82	-	-
Total	3.220.986,88	289.591,07	-	122.727,82	-	3.387.850,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras constr.	114.128,17	56.785,45	-	-	-	200.913,62
Equipamento básico	200.562,28	44.199,60	-	-	-	244.761,88
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	33.284,98	5.961,63	-	-	-	39.246,61
Outros Ativos fixos tangíveis	628,66	936,02	-	-	-	1.564,68
Total	378.604,09	107.882,70	-	-	-	486.486,79

Propriedades de Investimento

No que concerne aos “Edifícios E outras Construções” os movimentos ocorridos, no período de 2017, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições	Alienações	Amortizações	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2017
Propriedade investimento Rua Falcão	82.643,13	-	-	-	-	82.643,13
Propriedade investimento Rua Monte Campanha	18.934,37	-	-	-	-	18.934,37
Total	101.577,50	-	-	-	-	101.577,50

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Ativos Fixos intangíveis						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projetos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	6.964,63	738,00	-	-	-	7.702,63
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.964,63	738,00	-	-	-	7.702,63
Depreciações acumuladas						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projetos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	2.328,93	2.410,43	-	-	-	4.739,36
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	2.328,93	2.410,43	-	-	-	4.739,36

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, exceto os relacionados com o financiamento da construção da nova sede, que são incorporados no valor do imobilizado.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	60.000,00	325.979,19	385.979,19	-	382.549,73	382.549,73
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras desc.	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	60.000,00	325.979,19	385.979,19	-	382.549,73	382.549,73

Empréstimos Bancários

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	60.000,00	-	60.000,00	-	-	-
De um a cinco anos	325.979,19		325.979,19	382.549,73		382.549,73
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	385.979,19		385.979,19	382.549,73		382.549,73

7. Inventários

Não aplicável.

8. Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas		-
Prestação de Serviços	1.225.662,99	970.661,33
Quotas dos utilizadores		
Quotas e Joias	1.092,00	1.332,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros		-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	1.226.754,99	971.993,33

9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	87.500,00	-	12.300,00	75.200,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Outras provisões	3.000,00	-	-	3.000,00
Total	90.500,00	-	12.300,00	78.200,00

Provisões específicas do sector	-	-	-	-
---------------------------------	---	---	---	---

Neste ano de 2017 foi feita uma diminuição das provisões em:

Processos Judiciais

Custas Judiciais – 12.300,00€

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Sede: Edifício Dr. Silvío Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	291.821,46	283.432,81
CRSSNORTE-SERV SUB REGIONAL PORTO	269.128,53	264.209,40
IEFP	22.692,93	19.223,41
...	-	-
Total	291.821,46	283.432,81

11. Instrumentos Financeiros

Não Aplicável.

12. Benefícios dos Empregados

O número de membros do Órgão Diretivo, no período de 2017, foi de “5” (cinco), sendo composto pelo Presidente da Direção, Vice-Presidente, pelo Secretário, pelo Tesoureiro e pelo Vogal.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de “72” (setenta e dois) e em 31/12/2016 foi de “64” (sessenta e quatro).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	42.974,64	-
Remunerações ao Pessoal	719.337,83	563.985,65
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	4.308,69	4.847,70
Encargos sobre as Remunerações	157.902,46	117.102,64
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12.431,95	9.928,87
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	3.962,22	4.947,67
Total	940.917,79	700.812,53

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14. Agricultura

Não Aplicável

15. Divulgações Exigidas por outros diplomas legais

Não Aplicável

16. Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 - Investimentos Financeiros

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outro Investimentos Financeiros		
Outros	6.264,12	4.595,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	6.264,12	4.595,00

16.2 - Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “*Clientes e Utentes*” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	2.187,84	1.236,84
Clientes	-	-
Utentes	2.187,84	1.236,84
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	63.313,05	23.591,30
Clientes	-	-
Utentes	63.313,05	23.591,30
Perdas por Imparidade	(63.313,05)	(23.591,30)
Por Dívida Clientes	-	-
Por Dívidas Utentes	(63.313,05)	(23.591,30)
Total	2.187,84	1.236,84

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

Provisões e Reversões de Perdas por Imparidade do período

Descrição	2017	2016
Em dívidas a receber por clientes	-	-
Em dívidas a receber por Utentes	(39.721,75)	(2.834,52)
Total	(39.721,75)	(2.834,52)

16.3 - Outras Contas a Receber

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos ao pessoal	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros Devedores	-	495,00	-	703,49
Perdas por Imparidade	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total	-	495,00	-	703,49

16.4 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Diferimento de despesas	3.989,69	3.922,16
Outros custos Diferidos	-	-
...	-	-
Total	3.989,69	3.922,16
Rendimentos a reconhecer		
Receitas c/proveitos *	220.501,28	228.237,98
Outros Rendimentos Diferidos	-	-
...	-	-
Total	220.501,28	228.237,98

* O valor de 220.501,28€, resulta da execução de duas garantias bancárias emitidas pela empresa Habitâmega, SA

16.5 - Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	600,00	600,00
Depósitos à ordem	53.883,89	10.440,45
Depósitos a prazo **	228.000,00	228.000,00
Outros	-	-
Total	282.483,89	239.040,45

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

** O valor de 228.000,00€ diz respeito ao valor recebido pelas garantias bancárias, referidas no ponto anterior. Valor esse, que se encontra em depósito a prazo devido a haver um litígio que corre em tribunal.

16.6 - Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	130.456,79	-	-	130.456,79
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	639.103,31	75.768,68	-	714.871,99
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.383.987,95	54.741,75	51.349,64	1.387.380,06
Total	2.153.548,05	130.510,43	51.349,64	2.232.708,84

O valor referente á coluna das diminuições, que apresenta um total de 51.349,64€, refere-se à correção feita via amortização pela imputação do subsídio ao investimento.

Nas outras variações nos fundos patrimoniais o aumento refere-se ao subsidio recebido da CMM, para construção da sala Multiusos.

16.7 - Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	58.301,65	43.581,17
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	58.301,65	43.581,17

16.8 - Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.916,49	10,36
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.767,72	3.552,24
Segurança Social	18.129,16	14.141,46
Outros Impostos e Taxas	359,10	269,32
Total	25.172,47	17.973,38

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

16.9 - Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	6.827,45	-	4.608,43
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	904,67	-	864,69
Credores por acréscimos de gastos	-	126.645,12	-	121.422,26
Outros credores	-	121.842,55	-	79.039,56
	-	-	-	-
Total	-	256.219,79	-	205.934,94

16.10 - Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Os “*Subsídios e Apoios do Governo*” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

16.11 - Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte (registadas as 6 maiores rubricas):

Descrição	2017	2016
Subcontratos	239.967,82	239.068,85
Serviços especializados	129.330,34	130.227,57
Materiais	24.526,43	22.552,82
Energia e fluidos	62.262,50	59.706,53
Deslocações, estadas e transportes	7.990,53	12.136,35
Serviços diversos	60.369,60	55.337,24
	-	-
Total	524.447,22	519.029,36

16.12 - Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	5.079,99	4.088,55
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.255,00	72.739,22
Outros rendimentos e ganhos	145.195,28	95.728,59
Total	151.530,27	172.556,36

16.13 - Outros Gastos e Perdas

A rubrica de "Outros Gastos e Perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	566,55	3.392,87
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	498,45	7.829,35
Total	1.065,00	11.222,22

16.14 - Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	8.854,77	16.205,20
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	2.848,05	3.844,76
Total	11.702,82	20.049,96
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.282,42	0,06
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	2.282,42	0,06
Resultados financeiros	(9.420,40)	(20.049,90)

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 serão analisadas e votadas na Assembleia Geral no dia 24 de Março de 2018.

Maia, 15 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença

ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077

A Direção

